

O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE BREVES-PA

Yasmin Chaves Sanches¹
Christiane Pimentel e Silva²

Resumo: Este artigo visa dialogar sobre o papel do Serviço Social na política de Educação Inclusiva, com foco na atuação de assistentes sociais no Centro de Atendimento Educacional Especializado Hallef Pinheiro Vasconcelos (CAEE) em Breves-PA. A pesquisa adota uma abordagem bibliográfica e documental, complementada por observações realizadas durante o Estágio Supervisionado I. Os resultados revelam que, no contexto de Breves, apesar dos desafios enfrentados, a atuação de assistentes sociais é essencial para efetivar os direitos dos alunos com deficiência promovendo uma educação inclusiva e equitativa, na medida em que estes profissionais desempenham um papel fundamental na mediação entre a escola, a família e a comunidade, através de acolhimento, orientação e encaminhamentos. Conclui-se que a atuação dos assistentes sociais é essencial para garantir a inclusão social e educacional, conforme os princípios do Código de Ética do Serviço Social e as diretrizes da profissão.

Palavras-chave: inclusão; política educacional; serviço social; atuação profissional.

Abstract: This article discusses the role of Social Work in Inclusive Education policies, with an emphasis on the work of social workers at the Hallef Pinheiro Vasconcelos Specialized Educational Assistance Center (CAEE) in Breves, PA. The research adopts a bibliographic and documentary approach, complemented by observations carried out during Supervised Internship I. The results reveal that, despite the challenges, the presence of social workers is crucial to ensuring the rights of students with disabilities, promoting inclusive and equitable education. In the context of Breves, the social worker plays a key mediating role between the school, family, and community, through reception, guidance, and referrals. It is concluded that their work is essential to guaranteeing social and educational inclusion, in accordance with the principles of the Social Work Code of Ethics and the guidelines of the profession.

Keyword: inclusion; educational policy; social work; professional practice.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo foi elaborado a partir das experiências do Estágio Supervisionado I e de reflexões feitas a partir da disciplina intitulada “Trabalho e Questão Social na Amazônia” da Faculdade de Serviço Social, do *Campus*

¹ Graduanda de Serviço Social, *Campus* de Breves da Universidade Federal do Pará, yasmin.sanches@breves.ufpa.br.

² Doutora em Serviço Social, Docente da Faculdade de Serviço Social do *Campus* de Breves da Universidade Federal do Pará, christiane@ufpa.br.

Universitário do Marajó-Breves, da Universidade Federal do Pará (UFPA), que visava refletir criticamente sobre os fundamentos da questão social, problematizar a superexploração do trabalho na Amazônia e as particularidades das manifestações da questão social, bem como discutir a atuação profissional sobre essa realidade.

Neste artigo enfatiza-se o trabalho de assistentes sociais na Política de Educação Inclusiva, com ênfase na prática profissional no município de Breves-PA, mesorregião do Arquipélago do Marajó. O principal objetivo é entender a atuação profissional de assistentes sociais no contexto da educação inclusiva, a partir das vivências observadas no Centro de Atendimento Educacional Especializado Hallel Pinheiro Vasconcelos (CAEE).

O materialismo histórico dialético é a perspectiva teórico-metodológica adotada no trabalho. Como referencial teórico para compreensão entre trabalho, capital e vida, cita-se os autores Aquino e Tiriba (2022), quanto a relação do Serviço Social e a Educação Inclusiva utilizou-se Cunha e Verдум (2019), Muniz *et al.* (2018); para a compreensão da atuação do assistente social dentro da política de educação inclusiva utilizou-se os autores Maciel (2018) e Gomes (2013) e para melhor entendimento sobre os desafios da educação inclusiva no município de Breves utilizou-se Pereira (2016). Portanto, o resultado deste artigo se deu a partir de pesquisa bibliográfica e documental, bem como através de instrumentos como diário de campo e observação, além da supervisão acadêmica, realizados no decorrer do Estágio Supervisionado I.

O trabalho se divide em uma primeira parte, em que tratamos sobre a compreensão de Serviço Social e Educação Inclusiva com foco nas reflexões sobre a atuação profissional para maior compreensão da inserção do assistente social na política de educação; em seguida, em um segundo momento, abordamos sobre a intervenção profissional do Serviço Social na Política de Educação Inclusiva em Breves-PA para entendimento do trabalho do assistente social dentro da política de educação inclusiva, com foco na atuação no CAEE a partir de uma análise realizada durante o Estágio Supervisionado I.

Como resultado, enfatiza-se a relação orgânica entre a atuação do assistente social e a efetivação das políticas de educação inclusiva, onde se evidencia a necessidade de uma abordagem articulada, que valorize o papel e a atuação do assistente social na construção de um ambiente educacional mais justo e inclusivo e, assim, fornecer subsídios para fortalecer a atuação dos assistentes sociais e aprimorar

as práticas e políticas de educação inclusiva, assegurando uma educação de qualidade.

2 ATUAÇÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Para compreender os significados da atuação profissional de assistentes sociais no âmbito da educação inclusiva na particularidade do município de Breves, convém retomar sinteticamente a categoria questão social, para abordar as manifestações regionais da questão social.

Partimos da definição clássica e incontornável de Iamamoto e Carvalho (2009, p. 77):

[...] A *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através da legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. Assim, as condições de vida e trabalho dos trabalhadores já não podem ser desconsideradas inteiramente na formulação de políticas sociais, como garantia de bases de sustentação do poder de classe sobre o conjunto da sociedade [...].

Essa passagem é de fundamental importância, por se tratar de uma das primeiras obras do Serviço Social brasileiro, que correlaciona com rigor teórico-metodológico a apreensão das categorias marxianas com a formação sócio-histórica brasileira, compreendendo as classes sociais, o surgimento da questão social e a emergência da profissão de Serviço Social.

Os autores explicam que a questão social, só pode ser corretamente compreendida no movimento real da sociedade capitalista madura³, que produz o antagonismo dos interesses das duas classes fundamentais do capitalismo, a burguesia e o proletariado. Porém, cabe ressaltar, que somente quando as camadas

³ Netto (2011) explicita esse exato momento, em que as condições históricas possibilitam a emergência da profissão de Serviço Social, o período do capitalismo dos monopólios. Período, que se inicia a partir de 1840 até os dias atuais, em que o grau de desenvolvimento do capital se torna tão acentuado que predominam monopólios de grandes conglomerados que concentram a produção e o capital. Além disso, ocorre o redimensionamento no papel desempenhado pelos sistemas bancário e creditício, a exportação de capitais se torna relevante para os países centrais, que captam a emissão de capitais excedentes dos países periféricos, resultando em uma supercapitalização, na emergência da indústria bélica, ressignificando a atribuição do Estado para garantir a acumulação e valorização do capital.

da classe trabalhadora percebem as contradições inerentes à sociedade capitalista que afetam sua forma de trabalhar e de existir (classe em si/consciência coletiva de sua posição enquanto classe), de maneira a constituir estratégias e articulações organizativas em torno de ações coletivas que exijam o confronto com o capital para a transformação do *status quo* (classe para si/consciência política por parte da classe que resulte na luta de classe), têm-se a questão social como um fenômeno político que se apresenta como um obstáculo substantivo à autoexpansão ampliada do capital e/ou ameaça à própria ordem burguesa, e consequente, alteração no tratamento da questão social por parte do Estado para além da repressão social, que passa também a mediar a relação entre capital e trabalho.

Em outro momento, Iamamoto (2011, p. 28, grifos da autora), explica que

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social públicas etc. [...] Por isso, decifrar as *novas mediações* por meio das quais se expressa a questão social, hoje, é fundamental importância para o Serviço Social em uma *dupla perspectiva*: para que se possa tanto *apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais* [...] quanto projetar e forjar *formas de resistência e de defesa da vida*. [...] Assim, apreender a questão social é também captar as múltiplas *formas de pressão social, de invenção e de reinvenção da vida construídas no cotidiano*, pois é no presente que estão sendo recriadas formas novas de viver, que apontam um futuro que está sendo germinado.

Esse trecho é fundamental para nosso trabalho porque em uma perspectiva de totalidade, para compreender a atuação profissional demanda a leitura concreta da realidade social, das demandas sociais e das requisições institucionais que se colocam na área da educação básica, especialmente, a inclusiva.

Compreender as expressões da questão social pressupõe também o entendimento das políticas sociais e suas transformações. A própria política de educação, foi profundamente modificada ao longo de décadas, no Brasil. Primeiramente, destinada a públicos específicos, tidos como classe privilegiada e, posteriormente, passou a ser considerada direito universal, culminando na expansão e democratização de acesso. Apesar disso, a educação sempre esteve atrelada ao sistema capitalista, dada a necessidade de qualificação da força de trabalho, entre outros imperativos, bem como vinculada à história do Serviço Social no início do século passado, quando desempenhou ações voltadas à ordem capitalista (CUNHA; VERDUM, 2019).

No contexto educacional emergem expressões da questão social que se abrem como leques de novas possibilidades, dentro delas está a educação especial e inclusiva. Na política de educação inclusiva o assistente social tem o dever de assegurar os direitos das pessoas com deficiências (PCD) e, juntamente a escola, direcionar o processo de inclusão. Segundo Maciel (2021, p. 10):

Compreendemos que o Serviço Social tem condições de refletir, discutir, intervir e potencializar a educação inclusiva com inserções críticas e propositivas. A identificação do ser social no campo da educação inclusiva, trazendo análise à reflexão da vivência através da sociabilidade capitalista, traz avanços no processo de desmistificação da análise do deficiente como incapaz, e identificado sobre olhar caritativo. Onde a intervenção profissional construa em seus atendimentos elementos de aportes a constituição do usuário de política pública, perante os direitos sociais, pautando-se da base dos princípios fundamentais da profissão, que sejam orientados pela democratização, justiça social, equidade, recusa do autoritarismo, ampliação e consolidação da cidadania, defesa da liberdade como valor central, recusa de todas as formas de discriminação, bem como a garantia da qualidade dos serviços prestados realizando intervenção também com o grupo vínculo familiar do usuário.

Nota-se que o assistente social complementa o trabalho da escola, defendendo uma sociedade mais igualitária, que é consciente dos seus direitos e deveres, atua também, para garantir a educação como direito social tendo como base o ordenamento jurídico brasileiro, auxiliando na inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino, fazendo o papel de mediador entre a família, escola e comunidade, assegurando condições para a inclusão na escola, quando esse direito não for respeitado, pode realizar ações e estratégias necessárias para efetivar a inclusão do aluno com deficiência na rede regular de ensino, como a obtenção de meios para acessibilidade, encaminhar para consultas e especialistas, inserção de instituições e programas de reabilitação (MUNIZ *et al* 2018).

Contudo, é imprescindível que a atuação do Serviço Social dentro da política de educação inclusiva, seja guiada por suas atribuições e competências profissionais, delineadas pelos artigos 4º e 5º da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993), bem como orientado pelo Código de Ética de 1993, em sólida articulação com as dimensões constitutivas da profissão (teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política) para possibilitar aos alunos o acesso à educação, como direito fundamental.

Garantir esse direito, compreende um novo olhar para a dimensão educativa e o próprio processo de inclusão para os educandos, bem como da identificação das

refrações da questão social nas escolas, que envolve a dificuldade de acesso à educação, especialmente em territórios rurais, ribeirinhos e afastados dos centros urbanos; a infrequência e invasão escolar; a questão de gênero, de raça/etnia, o capacitismo; questões ligadas a proteção social; mediação na relação entre escola e família; a fragilidade no financiamento e distribuição de verbas e recursos materiais para as escolas; a desvalorização profissional e precarização das condições de trabalho quadro de pessoal; entre outras.

3 ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM BREVES-PA

A política de educação inclusiva busca a qualidade de ensino educacional e que todos os alunos aprendam juntos na escola regular, respeitando suas diferenças e necessidades, garantindo a todos o direito de desfrutar dos mesmos espaços educacionais sejam eles alunos com ou sem deficiências, ajudando a desenvolver suas potencialidades.

Pereira (2016) explica que a política de educação inclusiva no município de Breves-PA, ainda se depara com inúmeras dificuldades, como a não garantia de formação continuada a professores, a fragilidade no ensino da língua brasileira de sinais e o sistema Braille, reduzido quadro de profissionais qualificados contratados para atuar e poucas salas multifuncionais para esses educandos no município, concentradas na área urbana.

A Lei nº 13.935/2019, que dispõe sobre a garantia de manutenção de equipes multiprofissionais que incluam Psicólogos e Assistentes Sociais na educação básica, ainda não é uma realidade para a maioria das escolas no estado do Pará, principalmente em municípios localizados fora da região metropolitana de Belém. Em Breves, a gestão da política educacional possui uma equipe multiprofissional que possui uma grande demanda de atendimentos, sobrecarregando a atuação dos profissionais.

Além disso, a única instituição pública que atende essa demanda no município é o Centro de Atendimento Educacional Especializado Hallef Pinheiro Vasconcelos (CAEE), um órgão público vinculado e mantido pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Inaugurado em 1º de julho de 2010, e criado pelo Decreto nº 21 de 04 de agosto de 2011, surgiu a partir de demandas evidenciadas nas escolas da perspectiva das necessidades dos alunos com deficiência se fazendo necessária a sua

implementação, para as atividades de planejamento, coordenação, monitoramento e avaliação de processos inerentes às atividades da educação especial nas salas de aula, salas de recurso multifuncional e no próprio centro de atendimento.

Os serviços ofertados pelo CAEE são direcionados especificamente a alunos com deficiência, matriculados na rede pública de ensino, obtendo ou não laudo médico. Sob uma perspectiva inclusiva, tem como objetivo maior, garantir os direitos da pessoa com deficiência enquanto educando, viabilizar um ensino de qualidade e oportunizar condições efetivas de aprendizagem de modo a garantir o sucesso escolar, além de promover a melhoria do convívio familiar e em comunidade.

O Serviço Social é a porta de entrada de todos os serviços ofertados no CAEE, os assistentes sociais compõem a equipe multidisciplinar da instituição, junto de profissionais de outras áreas como: fisioterapia, psicopedagogia, fonoaudiologia e psicologia.

A partir de uma análise realizada no decorrer do Estágio Supervisionado I, foi possível identificar que o assistente social é o profissional que faz o acolhimento inicial à família, pois ele é um único profissional que compõe a equipe multidisciplinar que mantém contato direto com os responsáveis e pais dos alunos(as)/usuários. Na atuação profissional, utiliza-se de diversos instrumentos técnicos, tais como: o acolhimento, a entrevista social, a entrevista familiar, realização de palestras e reuniões e encaminhamentos para atendimentos em outras instituições.

Inicia-se com o acolhimento, realizado pela equipe multidisciplinar, posteriormente, é realizada a entrevista social com os pais ou responsáveis pelas crianças que estão em processo de matrícula. A finalidade da entrevista é coletar dados que permitam um conhecimento mais profundo sobre o aluno(a)/usuário, com objetivo de conhecer suas condições sociais, econômicas e o contexto em que está inserido. Após a coleta das informações necessárias, os assistentes sociais realizam os encaminhamentos necessários para os atendimentos especializados da instituição ou para a rede de serviços.

Desse modo, enfatiza-se como principais demandas do CAEE orientações para concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), assim como para a atualização do CADÚNICO, além de fornecer informações e direcionamentos em como proceder para que os alunos possuam laudo médico e usufruam do direito a um professor(a) especializado na sala de aula regular.

O principal projeto executado pelos assistentes sociais dentro do CAEE é denominado de “Sala de Espera” realizado com os responsáveis que ficam no aguardo dos alunos durante as terapias. Tem como objetivo principal apresentar os assistentes sociais a esses responsáveis, explicitando os atendimentos realizados na instituição, assim como sanar dúvidas frequentes e realizar orientações como: emissão da carteira da pessoa autista, atualização do CADÚNICO, solicitação do BPC, solicitação da tarifa social, entre outros.

Contudo, mostra-se a importância da atuação profissional do assistente social dentro do CAEE, pois se caracteriza como uma área onde se expressa diversas expressões da questão social em que se faz necessária uma atuação pautada no objetivo de garantir direitos sociais dos alunos/usuários e das suas famílias.

Pode-se afirmar que o assistente social contribui de maneira decisiva no processo de inclusão social e escolar da pessoa com deficiência, primeiro por ser competência deste profissional, “elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais, encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e defesa de seus direitos” (Art. 4º da Lei de Regulamentação da Profissão – Lei nº 8662/1993). Segundo, porque esse profissional se configura como agente mediador das políticas sociais e da cidadania, encontrando no espaço educacional inúmeras possibilidades de atuação no enfrentamento à questão social em suas várias expressões (GOMES, 2013, p.71).

Em suma, as ações que o assistente social pode executar para favorecer a inclusão de alunos com deficiência são inúmeras, sua prática interventiva é fundamental e contribui para assegurar os direitos sociais, o combate ao preconceito e a igualdade de oportunidades, além de garantir o acesso à educação pública e de qualidade para todos.

De forma geral, entre as atribuições do Serviço Social no contexto escolar, em equipe multidisciplinar constam, segundo o CFP (2021): colaborar com a elaboração de planos, estratégias e projetos pedagógicos a partir de sua área de conhecimento e das políticas sociais; auxiliar em ações de enfrentamento das diversas formas de violência e preconceito (de gênero, de classe, racismo, homofobia, capacitismo, etc.); participar da formulação, execução e avaliação de políticas públicas voltadas para a educação; contribuir com o fortalecimento da relação da escola com a família e a comunidade; intervir e orientar nas situações de dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, evasão escolar, atendimento educacional especializado; atuar junto às famílias no enfrentamento das situações de ameaça, violação e acesso aos direitos

humanos e sociais; favorecer o processo de inclusão e permanência do estudante com necessidades educativas especiais.

4 Considerações finais

A trajetória do Serviço Social, desde seu surgimento até os dias atuais, reflete uma evolução significativa em resposta às mudanças sociais e econômicas. No contexto da educação inclusiva, o papel do assistente social é fundamental. Esses profissionais trabalham para garantir os direitos das pessoas com deficiência, facilitando sua inclusão nas escolas regulares e assegurando um ambiente educacional que respeite suas necessidades e diferenças.

Ademais, a atuação do/a assistente social não se limita ao atendimento individual, mas envolve também a mediação entre a família, a escola e a comunidade, além de promover ações que visam a inclusão efetiva e a garantia de uma educação de qualidade para todos.

O Centro de Atendimento Educacional Especializado Hallef Pinheiro Vasconcelos (CAEE), no município de Breves/PA, mostra a importância do Serviço Social na política de educação inclusiva. No CAEE, os assistentes sociais desempenham um papel crucial no acolhimento, orientação e encaminhamento das famílias e dos alunos com deficiência, contribuindo para a efetivação dos seus direitos e a melhoria do convívio familiar e comunitário.

Além disso, outras atuações de assistentes sociais envolvem o fortalecimento da relação entre escola, família e comunidade; a elaboração coletiva, seja de forma institucional, seja no âmbito do Serviço Social, de procedimentos, metodologias, fluxos e rotinas operativas; as articulações com a rede sociassistencial, de saúde e/ou de proteção social; a participação na construção coletiva de projetos políticos pedagógicos para a escola a partir de uma concepção de educação emancipatória.

Apesar dos desafios e das barreiras ainda presentes, especialmente em municípios do interior, a presença de assistentes sociais nas escolas e em centros especializados como o CAEE é essencial para a promoção da inclusão e da equidade. Esses profissionais, alinhados ao Código de Ética do/a assistente social e ao Projeto Ético-Político da Profissão, desempenham um papel decisivo na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A intervenção do Serviço Social na educação inclusiva é indispensável para assegurar os direitos das pessoas com deficiência e promover a igualdade de

oportunidades. A prática profissional dos/as assistentes sociais contribui de maneira significativa para o combate ao preconceito, a defesa dos direitos sociais e a garantia de acesso a uma educação pública e de qualidade para todos, portanto, a evolução do Serviço Social e sua atuação na educação inclusiva demonstram o compromisso contínuo com a transformação social e a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicólogos(os) e assistentes sociais na rede pública de educação básica**: orientações para regulamentação da Lei nº 13.935, de 2109. Brasília: CFP, 2021.

CUNHA, Fernanda Lanzaolini da; VERDUM, Carolina Piá. **Serviço social e Educação Inclusiva: reflexões sobre uma experiência de estágio**. 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social". Brasília (DF, Brasil), 30 de out. a 3 de nov. de 2019.

GOMES, Anny Kaliny Soares. **A educação inclusiva como objeto de intervenção do assistente social**. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Serviço social. Natal, RN, 2013.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 20 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 27. ed. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 2009.

MUNIZ, S.M. *et al.* Serviço social e Inclusão: a atuação do assistente social junto ao processo de inclusão das crianças com deficiência nas escolas de ensino regular. **Revista de Educação, Linguagem e Literatura**, Inhumas, v.10, n.1, maio, 2018. p. 179-192.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Gilson Carlos Rodrigues. **Os desafios da educação inclusiva no município de breves: do processo histórico ao atual Plano Municipal de Educação**. Revista eletrônica Falas Breves, v. 3, Universidade Federal do Pará, Breves, maio/2016.